

PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA (2015-2025), NO CONTEXTO POSTERIOR À IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS DA ONU

Gustavo Miguel Rodrigues de Arruda
Universidade do Estado de Mato Grosso

Sandra Mara Alves da Silva Neves
Universidade do Estado de Mato Grosso

RESUMO: A segurança pública em áreas de fronteira configura-se como um desafio estratégico diante das dinâmicas transnacionais do crime, das fragilidades institucionais e das desigualdades socioespaciais, especialmente na fronteira Brasil-Bolívia. O objetivo da pesquisa é analisar as tendências e lacunas da produção acadêmica sobre segurança pública na fronteira Brasil-Bolívia, no período posterior à criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015-2025). Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa bibliométrica de caráter quantitativo, com abordagem cienciométrica, orientada pelo Protocolo PRISMA, a partir de buscas nas bases Google Acadêmico, Portal de Periódicos CAPES e Scopus. Os dados foram analisados via software VOSviewer possibilitando as análises de coautoria e coocorrência de termos relevantes. Os resultados indicam concentração temática no narcotráfico e no crime organizado, com predominância de abordagens institucionais e repressivas, além de forte fragmentação das redes de colaboração científica. Evidenciam-se lacunas relevantes, como a escassez de estudos binacionais, a limitada atenção a outras economias ilícitas, às populações fronteiriças não criminalizadas e a baixa incorporação de recortes de gênero, raça e direitos humanos. Concluiu-se que, embora o campo apresente avanços, ainda carece de maior integração teórica, interdisciplinaridade e sensibilidade socioespacial, de modo a contribuir de forma efetiva para políticas públicas sustentáveis e integradas na fronteira Brasil-Bolívia.

Palavras-chave: Bibliometria. Crime. Políticas públicas.

ACADEMIC PRODUCTION ON PUBLIC SECURITY IN THE BRAZIL–BOLIVIA BORDER (2015–2025) IN THE CONTEXT FOLLOWING THE IMPLEMENTATION OF THE UN SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS

ABSTRACT: Public security in border areas is a strategic challenge given the transnational dynamics of crime, institutional weaknesses, and socio-spatial inequalities, especially on the Brazil-Bolivia border. This research aims to analyze the trends and gaps in academic production on public security on the Brazil-Bolivia border in the period following the creation of the Sustainable Development Goals (2015-2025). Methodologically, a quantitative bibliometric study with a scientometric approach, guided by the PRISMA Protocol, was conducted using searches in the Google Scholar, CAPES Journals Portal, and Scopus databases. The data were analyzed using VOSviewer software, allowing for the analysis of co-authorship and co-occurrence of relevant terms. The results indicate a thematic concentration on drug trafficking and organized crime, with a predominance of institutional and repressive approaches, as well as strong fragmentation of scientific collaboration networks. Significant gaps are evident, such as the scarcity of binational studies, limited attention to other illicit economies, non-criminalized border populations, and the low incorporation of gender, race, and human rights perspectives. It was concluded that, although the field shows progress, it still lacks greater theoretical integration, interdisciplinarity, and socio-spatial sensitivity, to effectively contribute to sustainable and integrated public policies on the Brazil-Bolivia border.

Keywords: Bibliometrics. Crime. Public policies.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública em áreas de fronteira constitui um eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável, sobretudo em contextos permeados por dinâmicas transnacionais e fragilidades institucionais, como na fronteira entre Brasil e Bolívia. Nesse cenário, a pesquisa bibliométrica destaca-se como ferramenta metodológica capaz de sistematizar a produção científica, identificar tendências e evidenciar lacunas analíticas sobre a temática. Ao articular a análise bibliométrica da segurança pública fronteiriça com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, em especial os ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), 10 (Redução das desigualdades no interior dos países e entre países) e 17 (Parcerias e meios de implementação), o presente estudo alinha-se aos pressupostos da Agenda 2030, ressaltando a contribuição do conhecimento acadêmico para o aprimoramento da governança, da cooperação internacional e da formulação de políticas públicas fundamentadas em evidências (ONU, 2015a).

A segurança pública é um elemento essencial para o funcionamento de sociedades democráticas, pois está diretamente vinculada à proteção da vida, da integridade física e do patrimônio dos cidadãos. Bayley (2006) ressalta que a segurança é uma função crucial do Estado moderno, considerando que sem a manutenção da ordem e da previsibilidade social, torna-se inviável a garantia de outros direitos e liberdades fundamentais.

No Brasil, a relevância da segurança pública se intensifica diante da complexidade de fatores sociais, econômicos e institucionais que impactam os níveis de criminalidade. Segundo Adorno (2002), sistemas de segurança fragilizados comprometem a confiança da população nas instituições, afetando tanto o cotidiano quanto a percepção de cidadania e justiça. Nesse sentido, o fortalecimento das políticas públicas de segurança é indispensável para garantir condições mínimas para o exercício de direitos básicos, como educação, trabalho, mobilidade e participação social.

Carvalho e Silva (2011) expôs que as políticas de segurança eficazes devem ser estruturadas de forma integrada, combinando prevenção, repressão qualificada e ações sociais contínuas. Tal abordagem busca não apenas enfrentar os episódios imediatos de violência, mas também atuar sobre suas causas estruturais. Assim, a segurança pública deixa de ser compreendida apenas como controle da criminalidade, tornando-se também um instrumento de promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento humano.

Portanto, compreender a importância da segurança pública é reconhecer sua centralidade na garantia de condições mínimas para uma vida digna e no fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Para uma sociedade que busca reduzir desigualdades e promover o bem-estar, é fundamental compreender a segurança como uma política transversal e estratégica.

O conceito de fronteira por sua vez representa não apenas a separação espacial entre Estados, mas também relações de poder, disputas, identidades e dinâmicas territoriais. Ratzel (1990) compreende a fronteira como o limite vital do Estado, concebendo-a como uma espécie de “pele” que o protege e se amplia de acordo com sua força e desenvolvimento interno. De forma complementar, Hartshorne (1978) afirma que a fronteira deve ser entendida como uma zona de transição sujeita a diversos condicionantes sociais, culturais e políticos, demonstrando que o território não pode ser reduzido à rigidez do traçado cartográfico.

Raffestin (1993) acrescenta que a fronteira é uma construção social diretamente vinculada ao exercício do poder, nesse contexto, as fronteiras não são simples acidentes

geográficos, mas resultam de práticas sociais, estratégias de controle e interações entre diferentes atores. Nessa mesma perspectiva, Haesbaert (2004) observa que as fronteiras são espaços de múltiplas territorialidades, nos quais limites formais coexistem com territórios em rede e com processos de desterritorialização característicos da globalização.

No Brasil, a discussão sobre fronteira foca nas particularidades da nação, dessa forma as fronteiras do País são resultantes de processos históricos de ocupação, estratégias de integração e mecanismos estatais de controle, marcados por alternância entre momentos de valorização e de abandono conforme interesses geopolíticos e econômicos (Costa, 1999). Segundo Machado (2005) as áreas fronteiriças do Brasil configuram espaços dinâmicos de interação permeados por fluxos transfronteiriços, redes ilícitas, mobilidade populacional e disputas estratégicas, especialmente nas regiões amazônicas.

Nesse contexto, a fronteira Brasil-Bolívia configura-se como uma das áreas mais críticas do País no âmbito da segurança pública, devido à sobreposição de fluxos formais e informais, vulnerabilidades socioeconômicas e reduzida capacidade estatal. Segundo Oliveira (2016) a elevada porosidade dessa fronteira favorece tanto a circulação cotidiana quanto a atuação de redes ilícitas vinculadas ao tráfico de drogas, armas e veículos, demandando coordenação entre instituições de segurança e cooperação internacional. Fraga (2013) aponta que grupos criminosos transnacionais utilizam a região como corredor estratégico, sobretudo nos trechos que conectam a Bolívia a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ambos estados pertencentes a região Centro-Oeste brasileira, ampliando a violência e pressionando os mecanismos de fiscalização.

De acordo com Villa (2020) a frágil presença estatal em diversos segmentos da fronteira produz “zonas de sombra”, nas quais a governança é parcialmente capturada por organizações ilícitas, exigindo ações integradas de inteligência, vigilância e desenvolvimento social. Outrossim, questões socioambientais, como desmatamento, mineração ilegal e conflitos fundiários, articulam-se diretamente às dinâmicas de segurança, reforçando a necessidade de uma abordagem multidimensional que integre geopolítica, proteção territorial e políticas públicas (Souza, 2017). Nesse contexto, a fronteira Brasil-Bolívia evidencia um quadro complexo em que desafios de segurança pública interagem com fatores econômicos, ambientais e geoestratégicos, demandando fortalecimento institucional e cooperação interestatal.

Nesse cenário é possível compreender que a fronteira evoluiu de uma perspectiva essencialmente estatal e cartográfica para um entendimento multidimensional, complexo e profundamente geopolítico, que articula poder, identidade, economia, circulação e

territorialidade. Portanto, o estudo das fronteiras permanece fundamental para interpretar os desafios contemporâneos relacionados ao território, às relações internacionais, à segurança e à soberania em um cenário global marcado por interdependências e disputas geoestratégicas.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas no contexto da Agenda 2030, consolidam-se como um instrumento estratégico de governança global voltado à promoção do desenvolvimento sustentável de forma integrada, abrangendo as dimensões econômica, social e ambiental. No âmbito da comunidade acadêmica, os ODS apresentam-se como um referencial fundamental ao fornecerem bases conceituais e metodológicas que orientam a produção científica interdisciplinar, a elaboração de políticas públicas fundamentadas em evidências empíricas e o estímulo à inovação social e tecnológica.

Ao articular distintos campos do saber, essas metas incentivam a adoção de abordagens sistêmicas para a análise e o enfrentamento de desafios complexos, tais como as desigualdades estruturais, as mudanças climáticas e a fragilidade das instituições. Além disso, a Agenda 2030 reforça o papel estratégico das instituições de ensino e pesquisa na formação crítica de profissionais socialmente responsáveis e comprometidos com a sustentabilidade, ampliando as perspectivas da comunidade internacional quanto à consolidação de um modelo de desenvolvimento inclusivo, resiliente e pautado na cooperação multilateral (ONU, 2015b).

Face ao exposto, o objetivo da pesquisa é analisar as tendências e lacunas da produção acadêmica sobre segurança pública na fronteira Brasil-Bolívia, no período posterior à criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015-2025).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo consiste em uma pesquisa bibliométrica, de caráter quantitativo, desenvolvida a partir de uma abordagem cienciométrica, fundamentada nas diretrizes do Protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses). Tal protocolo foi adotado com o objetivo de assegurar maior transparência, padronização dos procedimentos metodológicos e reprodutibilidade dos resultados em estudos de revisão da literatura científica (Moher et al., 2009).

Delimitou-se como recorte temporal deste estudo os anos de 2015 a 2025, período correspondente aos dez anos posteriores à implementação da Agenda 2030, marco internacional que estabelece diretrizes voltadas à promoção da paz, da justiça e do fortalecimento das instituições (ONU, 2015).

Para a realização da pesquisa foram consultadas bases de dados científicas acessadas por meio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com destaque para a Scopus (Elsevier), SciELO (Scientific Electronic Library Online), Web of Science (Science Citation Index), Portal de Periódicos Capes e o Google Acadêmico. A adoção dessas bases deve-se por sua ampla abrangência internacional e caráter multidisciplinar, uma vez que reúnem periódicos científicos, livros, teses, dissertações e outros documentos acadêmicos relevantes, assegurando maior consistência teórica e metodológica ao estudo (CAPES, 2023; ELSEVIER, 2023; GOOGLE, 2023).

As buscas pelas publicações científicas foram realizadas no mês de setembro de 2025, em bases de dados selecionadas em função de sua relevância e abrangência temática. Empregaram-se descritores-chave nos idiomas português e inglês, pesquisados nos campos título, resumo e palavras-chave. Para a combinação dos termos, utilizou-se o operador booleano “AND”, com o intuito de restringir os resultados às publicações diretamente relacionadas ao objeto de estudo. Os descritores adotados foram: segurança pública, fronteira, criminalidade e Brasil–Bolívia, bem como seus correspondentes em língua inglesa.

Definiram-se como critérios de inclusão: artigos científicos de acesso aberto, publicados nos idiomas português ou inglês, publicados no intervalo temporal estabelecido, e indexados em ao menos uma das bases de dados selecionadas. Como critérios de exclusão, foram considerados artigos duplicados, estudos que não abordavam diretamente a temática da segurança pública na fronteira Brasil-Bolívia e publicações que, após a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, não apresentaram pertinência temática ou relevância científica para os objetivos propostos.

O processo de seleção dos artigos foi realizado em etapas sucessivas, em conformidade com as recomendações do protocolo PRISMA (Moher et al., 2009). Inicialmente, procedeu-se à análise dos títulos e resumos, seguida da avaliação das palavras-chave, com vistas a verificar a aderência temática e a contribuição de cada estudo para a composição do corpus da pesquisa. Os artigos selecionados foram obtidos por meio de *download* no formato RIS, sendo os registros duplicados ou não alinhados à temática excluídos manualmente pelos autores. No caso das buscas realizadas no Google Acadêmico, utilizou-se o *software* Publish or Perish 8

como ferramenta auxiliar para a recuperação, organização e exportação dos dados bibliográficos no formato RIS.

Para o tratamento e a análise dos dados bibliográficos utilizou-se o software VOSviewer, versão 1.6.19, para a construção e a visualização de redes científicas (Van Eck; Waltman, 2010). O procedimento metodológico no software compreendeu as seguintes etapas: seleção da opção Create; escolha da alternativa Create a map based on bibliographic data; importação do arquivo no formato RIS e definição dos tipos de análise bibliométrica a serem realizados. Foram desenvolvidas duas modalidades de análise: coautoria (coauthorship), voltada à identificação das redes de colaboração científica entre autores e instituições e coocorrência (co-occurrence), destinada ao mapeamento da frequência e da associação entre termos, possibilitando a identificação dos principais eixos temáticos da produção científica analisada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa bibliométrica sobre segurança pública na fronteira Brasil-Bolívia abrangeu bases de dados nacionais e internacionais.

No Google Acadêmico, a busca com descritores em inglês: “border”, “public safety”, “criminality” e “Brazil–Bolivia” retornou 21 registros, dos quais 11 foram excluídos por inadequação temática e os 10 restantes apresentavam duplicidade em relação às buscas em português. Foram identificadas 375 publicações com os descritores: “fronteira”, “segurança pública”, “criminalidade” e “Brasil-Bolívia” no período 2015–2025, das quais 4 foram excluídas por duplicidade e 356 por não atenderem aos critérios temáticos ou temporais, resultando em 15 artigos incluídos. A seguir são apresentados os resultados por bases de dados científicas.

No Portal de Periódicos CAPES, a busca com descritores em inglês: “border”, “public safety”, “criminality” e “Brazil–Bolivia” retornou 7 registros, dos quais todos os 7 foram excluídos por inadequação temática. Ao utilizar os descritores em português 13 artigos foram encontrados, com exclusão de 6 por não aderência temática e 3 por duplicidade, resultando em 4 estudos analisados.

Na Scientific Electronic Library Online - SciELO, a busca com descritores em inglês: “border”, “public safety”, “criminality” e “Brazil–Bolivia” não encontrou nenhum resultado,

enquanto com os descritores em português 1 artigo foi identificado, mas excluído por duplicidade.

Relativo a Scopus, utilizando os descritores em inglês: “border”, “public safety”, “criminality” e “Brazil–Bolivia” não encontrou nenhum resultado, ao utilizar os mesmos descritores em português 2 artigos foram localizados, 1 foi excluído por duplicidade, restando apenas 1 estudo incluído, conforme a (Tabela 1).

Tabela 1. Resultados das buscas em base de dados nas bases investigadas

Etapa/Base de Dados	Registros Identificados	Registros Excluídos (Duplicados)	Registros Excluídos (Temática)	Registros Incluídos na Triagem
Google Acadêmico (contextos internacional e nacional)	396	14	367	15
Portal de Periódicos CAPES (contextos internacional e nacional)	20	3	13	4
SciELO (contextos internacional e nacional)	1	1	0	0
Scopus (contextos internacional e nacional)	2	1	0	1
Total	419	19	380	20

Fonte: Google Acadêmico, Portal de periódicos CAPES, SciELO e Scopus (2025). Org.: os autores (2025).

Os periódicos encontrados nas referidas bases de dados foram organizados em quadros por ordem de relevância, conforme os resultados das buscas (Quadros 1, 2 e 3).

Ano	Título	Objetivo	Palavras-chave	Autores
2017	Fronteira Brasil – Bolívia em Mato Grosso: segurança pública, desenvolvimento social e a construção da identidade nacional	Aborda as políticas de segurança pública e defesa nacional na fronteira Brasil – Bolívia em Mato Grosso, correlacionando-as com as políticas de desenvolvimento vigentes (ou ausentes) na região e destaca sua importância para a construção do sentimento de identidade nacional	Fronteira, desenvolvimento, segurança pública, identidade nacional	MACEDO, D. A.
2018	As relações de reciprocidade e dívidas morais entre o presídio e a rua: A expansão e transnacionalização do Primeiro	Compreender como se deu a expansão e a transnacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC) na fronteira Brasil-Bolívia, tendo como base geográfica de análise a região de Corumbá, no Brasil, e Puerto Suarez, na Bolívia	fronteira, tráfico de drogas, transnacionalização, Primeiro Comando da Capital,	OLIVEIRA, G. F.; KRÜGER, C.

	Comando da Capital (PCC) na fronteira Brasil-Bolívia		Corumbá	
2020	Tráfico de pessoas e as interfaces entre Brasil-Bolívia: uma análise dos noticiários nacionais e internacionais	Problematizar as motivações e formas de atuação do tráfico de pessoas tanto do Brasil para a Bolívia, como da Bolívia para o Brasil, em diversos contextos	Tráfico de mulheres, Gênero, Brasil-Bolívia	MENEZES, E. F.; SILVA, M. G. S. N.
2021	Territorialidade e segurança pública na faixa de fronteira brasileira com a Bolívia: o caso de Rio Branco capital do estado do Acre	Analisar o planejamento público no âmbito da segurança no território das cinco regionais de segurança pública no município de Rio Branco, Acre e evidenciar se as mesmas atenuam a ação dos grupos criminosos antagônicos em disputa pelos espaços do poder paralelo, na faixa de fronteira brasileira no estado do Acre com a Bolívia	Acre, Faixa de Fronteira, Segurança Pública	MEDINA, T. R.; ALVES, J.
2021	“Nós somos o crime na fronteira”: As bocas familiares e o pcc “correndo junto” em Corumbá-MS	Demonstrar como os atores sociais, residentes da região envolvidos no narcotráfico, mobilizam a fronteira como recurso, enfatizando a importância da escala "micro" e local na operação de grandes redes transnacionais de tráfico de drogas, garantindo sua eficácia comercial	Políticas públicas, Cidades fronteiriças, Narcotráfico, Mato Grosso do Sul, Violência	COSTA, L.; OLIVEIRA, G. F.; VILLELA, G.
2021	Os jovens e a criminalidade em Mato Grosso do Sul	Analisar o envolvimento de jovens na criminalidade no estado de Mato Grosso do Sul (MS)	Primeiro Comando da Capital, Jovens, Mato Grosso do Sul, Narcotráfico	FRANÇA, G.
2021	O bazar corumbaense: análise das relações sociais que se estabelecem a partir do comércio de drogas ilícitas na cidade fronteiriça de Corumbá com a Bolívia	Demonstrar a formação e a estrutura do comércio varejista de drogas ilícitas na cidade de Corumbá, com base em trabalho de campo etnográfico realizado entre 2010 e 2014	Corumbá, Fronteira, Tráfico de drogas, Bocas de Fumo, Primeiro Comando da Capital (PCC)	OLIVEIRA, G. F.
2022	Atuação da ilegalidade e do tráfico na fronteira Brasil-Bolívia nos municípios de Corumbá e	Evidenciar os principais fatores socioeconômicos que motivam a entrada de indivíduos na ilegalidade e tráfico na fronteira Brasil-Bolívia nos municípios de Corumbá e Ladário, mais	Ilegalidade, Tráfico, Fronteira, Mulas	JESUS, V.; FARIAS, F. R

	Ladário/MS através das chamadas "mulas"	precisamente a ocuparem o cargo de mulas, responsáveis pelo transporte da droga		
2023	Atividade de inteligência frente ao combate do tráfico internacional de drogas na área do 10º BPM	Explicar como a atividade de inteligência contribui para o combate do tráfico internacional de drogas, em especial na área do 10º Batalhão de Polícia Militar	Tráfico internacional de drogas, Atividade de Inteligência, Polícia Militar de Rondônia, 10º BPM	FEITOSA, A. F. B.; FEITOSA, M. C.
2023	Patrulha rural georreferenciada como estratégia de gestão em segurança pública	Demonstrar a importância do patrulhamento rural e apresentar uma proposta contendo uma nova forma de policiamento orientado e georreferenciado para a área rural do 3º Batalhão da Polícia Militar (3º BPM), localizado em Vilhena/Rondônia	Patrulhamento Rural, Patrulhamento Georreferenciado, Polícia Militar	KONZEN, I.; G. N. C.; PESSOA, A. S.; SILVA, V. T.
2024	Cooperação entre a Polícia Rodoviária Federal e as demais forças de segurança do município de Campo Grande-MS no combate ao tráfico de drogas	Analisar os resultados de apreensões de drogas frutos da cooperação entre a Polícia Rodoviária Federal e outras forças de segurança em Campo Grande-MS	Narcotráfico, Cooperação policial, Apreensões de drogas, Mato Grosso do Sul, Polícia Rodoviária Federal	FIGUEIREDO, V. O.
2024	Políticas públicas acerca do combate ao tráfico de drogas em cidades fronteiriças do Estado de Mato Grosso do Sul: Estratégias e instrumentos legais	Estudar a gestão de políticas públicas acerca do combate ao tráfico de drogas nas cidades fronteiriças do estado do Mato Grosso do Sul, analisando legislações anteriores a Lei 11.343/2006	Políticas públicas, Cidades fronteiriças, Narcotráfico, Mato Grosso do Sul, Violência	TOLAZZI, R. O.
2024	Resultados operacionais obtidos por unidades estaduais especializadas em policiamento de fronteira no período de 2017 a 2021 e seus reflexos na segurança pública brasileira a nível nacional	Demonstrar os resultados operacionais obtidos por algumas das unidades especializadas de fronteira existentes no Brasil e mantidas pelas Unidades da Federação	Fronteira, Políticas públicas, Legislação	LUZ, L. E. B.

Quadro 1. Resultados de buscas no Google Acadêmico
Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Ano	Título	Objetivo	Palavras-chave	Autores
2018	Governamentalidade e Soberania na Fronteira Brasil-Bolívia: Segurança Nacional e Saúde Pública como Dispositivos de Poder	Analisar a governamentalidade estatal fronteiriça, a partir de seus principais dispositivos de poder em ação: Segurança e Saúde, em que as esferas "públicas" e "nacionais" se tornam cada vez mais imbricadas	Fronteira, Governamentalidade, Segurança Nacional, Biopolítica, Saúde Pública	COSTA, G. V. L.
2019	O papel da tecnologia como ferramenta de trabalho dos policiais militares na área de fronteira Mato Grosso/Brasil - Bolívia	Analisar a importância da tecnologia para as atividades da Polícia Militar na região de fronteira oeste do Estado de Mato Grosso/Brasil e o país vizinho Bolívia	Segurança Pública, Tecnologia, Mato Grosso, Fronteira Oeste	RICCI, D. S. RONDON FILHO, E. B. R.;
2023	Crime, violência e fronteira no Mato Grosso do Sul: Indicadores e representações	Apresentar resultados de diferentes pesquisas sobre crime e violência na fronteira do Mato Grosso do Sul realizadas nos últimos anos, bem como alguns indicadores recentes sobre a segurança pública no estado, refletindo, ainda, sobre os limites e as possibilidades de pensar a fronteira como categoria sociológica	Violência, fronteira, segurança pública, Mato Grosso do Sul	FAISTING, A. L.
2023	Combate ao narcotráfico: a política externa do governo Lula da Silva (2003-2010)	Analisar as estratégias brasileiras de política externa para o combate ao narcotráfico na fronteira Brasil-Bolívia	Juventude, Drogas, Violência	MESQUITA, M. et al.

Quadro 2. Resultados de buscas no Portal de Periódicos CAPES

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Ano	Título	Objetivo	Palavras-chave	Autores
2022	Criminalidade nos municípios fronteiriços brasileiros: uma análise da super-representação e seus determinantes	Analisar o efeito de um município estar na "fronteira brasileira" sobre suas taxas de criminalidade, focando principalmente nas cidades gêmeas e nos diferentes arcos	Fronteira brasileira, Criminalidade, Determinantes, Sobre-representação	RAIHER, A. P.

Quadro 3. Resultados de buscas na Scopus

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A análise dos resultados apresentados nos quadros 1, 2 e 3 possibilitou verificar que a produção científica concentra-se, predominantemente, na associação entre narcotráfico e crime organizado, compreendidos como elementos estruturantes das dinâmicas de violência e insegurança na faixa de fronteira entre Brasil e Bolívia. Nesse contexto, a fronteira é majoritariamente concebida como um espaço estratégico para a circulação de drogas ilícitas e para a atuação de organizações criminosas transnacionais, reforçando uma leitura do território fronteiriço como funcionalizado por redes ilegais que operam de forma multiescalar (Raffestin, 1993).

Essa centralidade do narcotráfico manifesta-se de maneira recorrente nos títulos e nos objetivos dos estudos, os quais abordam processos de expansão e transnacionalização de facções criminosas, o comércio varejista de drogas em cidades fronteiriças, o papel desempenhado pelas chamadas “mulas” no transporte de entorpecentes e as principais rotas do tráfico internacional. Municípios como Corumbá e Ladário, no estado de Mato Grosso do Sul, aparecem com frequência como recortes empíricos privilegiados (Quadros 1, 2 e 3), evidenciando a importância estratégica desses territórios na organização espacial das economias ilícitas, conforme assinala Becker (2012) ao analisar o papel das fronteiras na dinâmica do poder e da circulação.

Articulada a esse eixo temático principal, destaca-se uma segunda tendência relevante: o enfoque institucional e operacional da segurança pública. Diversos estudos concentram-se na análise das estratégias de policiamento de fronteira, da cooperação entre diferentes agências estatais, do uso de tecnologias de vigilância e de inteligência, bem como dos resultados operacionais expressos em apreensões de drogas (Quadros 1, 2 e 3). Predomina, nesse conjunto, uma perspectiva normativa e estatal, voltada à avaliação da eficiência das ações repressivas e do controle territorial, aproximando-se da concepção de segurança pública como instrumento de regulação e controle social (Zaverucha, 2005).

Paralelamente, ainda que em menor número, emergem pesquisas de caráter sociológico e etnográfico que buscam compreender as dinâmicas sociais locais associadas ao narcotráfico (Quadros 1, 2 e 3). Esses estudos exploram as relações sociais estabelecidas no comércio de drogas, a participação de famílias em mercados ilícitos, o envolvimento de jovens na criminalidade e os condicionantes socioeconômicos que favorecem a inserção em atividades ilegais. Tais abordagens contribuem para a compreensão da dimensão micro do fenômeno

criminal, evidenciando a articulação entre práticas cotidianas territorializadas e redes ilegais mais amplas, conforme destacou Misse (2010).

Outra vertente identificada refere-se às políticas públicas e à governamentalidade na fronteira, com estudos que articulam segurança, soberania, biopolítica e, em alguns casos, saúde pública (Quadros 1, 2 e 3). Essas análises problematizam os dispositivos de poder mobilizados pelo Estado para regular a circulação de pessoas e mercadorias, ainda que essa perspectiva crítica seja minoritária no conjunto da produção analisada, aproximando-se das reflexões foucaultianas sobre controle, disciplina e governamentalidade (Foucault, 2008).

Apesar da diversidade temática observada (Quadros 1, 2 e 3), a análise do corpus revela lacunas na produção científica, especialmente no que diz respeito à atenção limitada dedicada às populações fronteiriças não diretamente vinculadas às atividades criminosas. Comunidades indígenas, agricultores familiares, trabalhadores informais e agentes da economia legal permanecem, em grande medida, invisibilizados, o que contribui para a reprodução de estigmas territoriais que associam a fronteira quase exclusivamente ao crime e à violência, conforme problematiza Haesbaert (2014) ao discutir os processos de estigmatização espacial.

Outra lacuna relevante refere-se à escassez de estudos comparativos e efetivamente binacionais (Quadros 1, 2 e 3). Embora o caráter transnacional do crime seja amplamente reconhecido, a maior parte das pesquisas concentra-se no lado brasileiro da fronteira, com reduzida incorporação de dados empíricos, políticas públicas e perspectivas institucionais da Bolívia. Essa assimetria analítica limita uma compreensão integrada das dinâmicas transfronteiriças, aspecto discutido por Raffestin (1993) ao conceber as fronteiras como construções políticas e relacionais.

Há concentração excessiva no narcotráfico, em detrimento de outros mercados ilícitos relevantes na faixa de fronteira Brasil-Bolívia, como contrabando, crimes ambientais, mineração ilegal e tráfico de armas. Esse recorte temático restrito contribui para uma leitura parcial das economias ilícitas que estruturam a insegurança na fronteira Brasil-Bolívia, em consonância com a crítica de Becker (2012) acerca da complexidade funcional das fronteiras contemporâneas.

Adicionalmente, constata-se a baixa incorporação de recortes analíticos relacionados a gênero, raça e interseccionalidade. São raras as análises que problematizam os impactos diferenciados da criminalidade e das políticas de segurança sobre grupos socialmente vulneráveis, o que limita a compreensão das desigualdades estruturais que atravessam o

fenômeno da violência, conforme alertado por Wacquant (2007) em suas análises sobre a penalização da pobreza.

Por fim, identifica-se uma lacuna relacionada à avaliação dos impactos de médio e longo prazo das políticas de segurança pública na fronteira investigada. Predominam estudos de caráter descritivo ou centrados em resultados imediatos, como o número de operações e apreensões realizadas, com reduzida problematização dos efeitos sociais da militarização da fronteira, dos impactos sobre os direitos humanos e da relação entre segurança, desenvolvimento local e cidadania. Tal cenário reforça a necessidade de abordagens críticas e integradas, conforme defende (Zaverucha, 2005).

Em síntese, a literatura analisada evidencia um campo de estudos relativamente consolidado em torno do narcotráfico e do crime organizado na fronteira Brasil-Bolívia, mas ainda marcado por lacunas analíticas relevantes e necessárias de serem investigadas. A superação dessas limitações demanda abordagens interdisciplinares, comparativas e sensíveis às dimensões sociais, econômicas e territoriais da vida fronteiriça, contribuindo para uma compreensão mais ampla e crítica da segurança pública nesses espaços.

A distribuição espacial dos autores evidencia uma marcada dispersão, indicando baixa intensidade de vínculos de coautoria ou cocitação (Figura 2). De acordo com Callon, Courtial e Laville (1991), redes dispersas são características de campos científicos pouco institucionalizados, nos quais ainda não se consolidaram tradições colaborativas ou convergências teóricas estáveis. Em complemento, Small (1973) observou que estruturas bibliográficas fragmentadas revelam áreas de conhecimento cujas articulações intelectuais são pontuais e descontínuas, com escassa presença de autores que desempenhem funções centrais na organização da produção científica.

Embora o programa utilizado neste estudo agrupe os autores em clusters cromaticamente diferenciados, o que é inerente ao seu método de agrupamento, conforme Van Eck e Waltman (2017), esses conjuntos (Figura 2) não demonstram densidade relacional. No caso em tela, os grupos formados são pequenos, relativamente isolados e não estabelecem conexões expressivas entre si, o que reforça a interpretação de um campo bibliográfico marcado por heterogeneidade e baixa coesão interna (Figura 2).

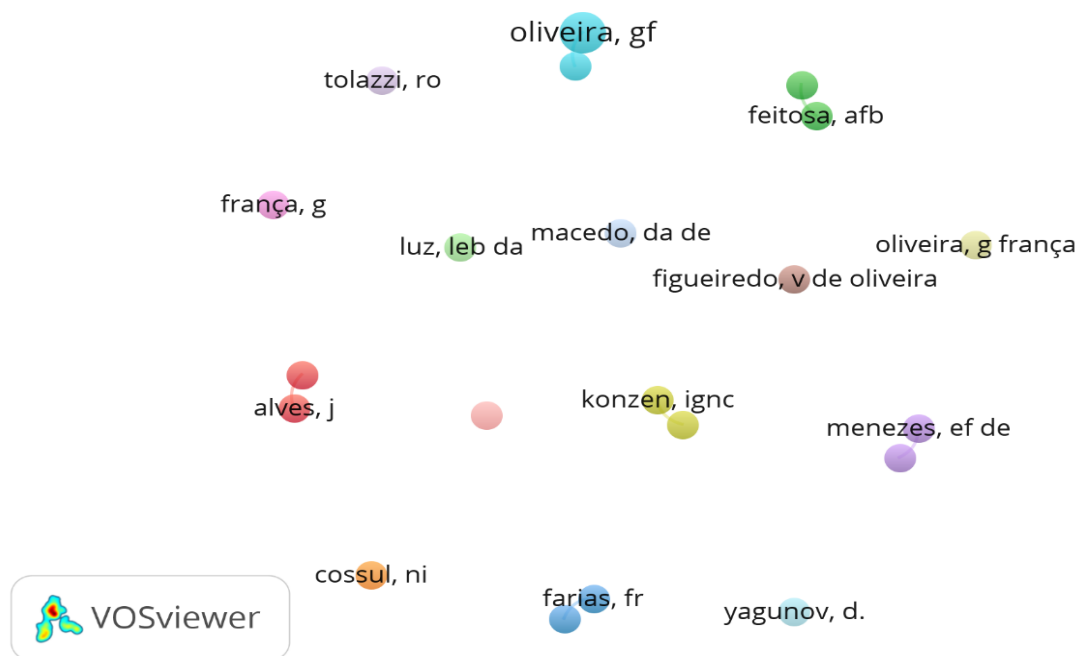


Figura 2. Rede de conexão dos principais autores e coautores, com produção científica sobre segurança pública na fronteira Brasil-Bolívia, no período de 2015 a 2025.

Entre os autores representados, Oliveira, G. F. destaca-se pelo tamanho do nó, indicando maior frequência ou impacto no corpus (Figura 2). Contudo, sua posição periférica e isolada revela que essa relevância individual não se traduz em capacidade de articulação dentro da rede. Segundo Noyons e Van Raan (1998), em campos mais consolidados, autores centrais tendem a ocupar posições estratégicas, conectando diferentes subgrupos e promovendo a circulação de ideias e referenciais teóricos. A ausência desse comportamento aponta para a inexistência de um núcleo intelectual robusto e amplamente compartilhado.

De modo geral, os resultados sugerem que o campo investigado apresenta fragmentação teórica, baixa interconectividade e pouca consolidação de tradições intelectuais comuns. A literatura especializada destaca que redes com tais características são típicas de áreas emergentes, multidisciplinares ou constituídas por esforços de pesquisa isolados (Callon et al., 1991). Nesse sentido, é evidenciado a necessidade de intensificação do diálogo entre autores, de maior sistematização das referências utilizadas e de fortalecimento das articulações bibliográficas capazes de promover a consolidação do campo.

A visualização da rede de palavras-chave e co-ocorrentes evidenciou como os termos relacionados à justiça criminal, ao sistema prisional, à criminalidade e aos direitos humanos se articulam espacialmente, revelando que tais fenômenos possuem dimensões territoriais, relacionais e socioespaciais profundamente entrelaçadas (Figura 3).

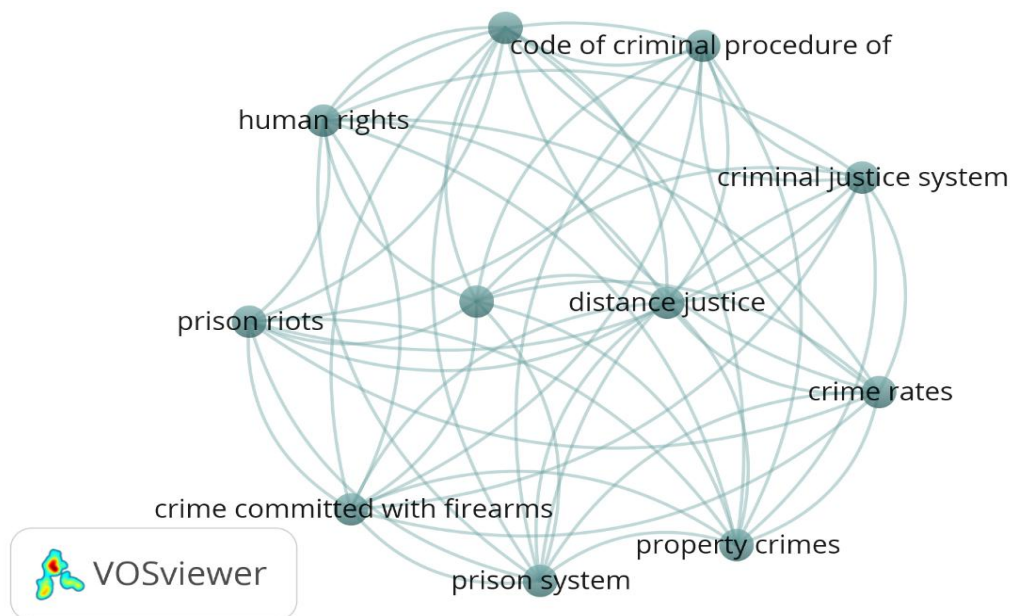


Figura 3. Rede bibliométrica das palavras chaves co-ocorrentes em estudos sobre segurança pública na fronteira Brasil-Bolívia, no período de 2015 a 2025.

A centralidade do termo “distance justice” evidencia a existência de discontinuidades territoriais no acesso e funcionamento das instituições judiciais. De acordo com Raffestin (1993) e Haesbaert (2004), o território é sempre atravessado por relações de poder e por dispositivos institucionais que regulam a vida coletiva; por isso, a distância seja física, organizacional ou simbólica entre população e justiça expressa desigualdades produzidas pela própria lógica territorial do Estado. Assim, a posição desse termo no centro da rede sugere que o corpus analisado enfatiza como barreiras espaciais e institucionais configuram desigualdades socioespaciais no acesso à justiça.

Os termos “criminal justice system”, “code of criminal procedure” e “human rights” formam um bloco temático que indica a discussão sobre a espacialização das normas e práticas judiciais. Conforme argumentou Souza (2013), a atuação estatal não se distribui de maneira homogênea no território; o Estado se manifesta com intensidades distintas, gerando presenças

e ausências seletivas. Essa interpretação permite entender que a interligação desses termos aponta para uma crítica à forma como dispositivos legais, embora universais na teoria, produzem efeitos diferenciados quando operam em territórios variados.

A presença de expressões, como: “prison system”, “prison riots”, “crime committed with firearms”, “crime rates” e “property crimes” revela uma forte vinculação às dinâmicas espaciais da violência e do encarceramento. Wacquant (2001) e Misse (2011) ressaltam que a punição e a violência só podem ser compreendidas a partir da lógica espacial que estrutura a segregação socioeconômica e a seletividade penal. A proximidade desses nós na rede (Figura 3) indica que o corpus associa o sistema prisional aos processos de marginalização territorial, assim como aos ciclos de violência concentrados em determinados espaços, reforçando a ideia de que criminalidade e punição são fenômenos produzidos e reproduzidos no território.

Por fim, a posição do termo “human rights” sugere que a discussão incorpora uma dimensão normativa e ética que se choca com realidades territoriais desiguais. Agnew (2011) destacou que direitos considerados universais se efetivam de forma fragmentada no espaço, dependendo das capacidades institucionais e das condições socioeconômicas de cada local. Dessa forma, a interconexão entre direitos humanos, sistema prisional e sistema de justiça indica que o corpus analisa as tensões entre princípios universais e práticas territoriais que limitam ou distorcem a garantia de direitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate acadêmico tem se estruturado diante dos desafios contemporâneos da governança e da cooperação internacional em áreas de fronteira, sendo que a literatura permanece fortemente concentrada no narcotráfico e no crime organizado, com predominância de abordagens repressivas e institucionais. Embora relevantes, tais estudos tendem a privilegiar análises operacionais e resultados imediatos, em detrimento de reflexões sobre os impactos sociais, territoriais e de longo prazo das políticas de segurança pública.

Há necessidade de maior institucionalização e cooperação acadêmica diante da constatação da existência de campo científico fragmentado, com baixa articulação entre autores e ausência de núcleos teóricos consolidados. As lacunas, como: a escassez de estudos binacionais, a limitada atenção às populações fronteiriças não vinculadas às economias ilícitas, pouca diversidade temática para além do narcotráfico e a reduzida incorporação de recortes

relacionados a gênero, raça e direitos humanos no contexto da fronteira Brasil-Bolívia mostraram-se como oportunidades e campos temáticos que demandam de serem investigados.

Por fim, apesar dos avanços, a produção científica sobre a fronteira Brasil–Bolívia ainda há limitações para compreensão da complexidade desses territórios, demandando o fortalecimento de abordagens interdisciplinares, comparativas e sensíveis às dimensões socioespaciais, constituindo-se fundamental para a construção de políticas públicas integradas e alinhadas aos princípios da Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. **Violência e criminalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2002.
- AGNEW, J. **Globalization and Sovereignty**. 2 ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2011.
- BAYLEY, D. H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- BECKER, B. K. A geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 107-123, 2012.
- CALLON, M.; COURTIAL, J. P.; LAVILLE, F. Co-word analysis as a tool for describing the network of interactions between basic and technological research: the case of polymer chemistry. **Scientometrics**, v. 22, n. 1, p. 155-205, 1991.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portal de Periódicos da Capes**. Brasília: CAPES, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- CARVALHO, V. A; SILVA, M. R. F. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálisis**, v. 14, n. 1, p. 59-67, 2011.
- COSTA, G. V. L. Governamentalidade e soberania na fronteira Brasil-Bolívia: segurança nacional e saúde pública como dispositivos de poder. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 61, n. 2, p. 373-404, 2018.
- COSTA, G. V. L; OLIVEIRA, G. F. “Nós somos o crime na fronteira”: as bocas familiares e o PCC “correndo junto” em Corumbá-MS. **Territórios e Fronteiras**, v. 14, n. 2, p. 322-346, 2021.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

ELSEVIER. **Scopus**: Content coverage guide. Amsterdã: Elsevier, 2023. Disponível em: <https://www.elsevier.com/solutions/scopus>. Acesso em: 15 nov. 2025.

FAISTING, A. L. Crime, violência e fronteira no Mato Grosso do Sul: indicadores e representações. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 10, n. 1, p. 1–3, 2023.

FEITOSA, A. F. B.; FEITOSA, M. C. Atividade de inteligência frente ao combate do tráfico internacional de drogas na área do 10º BPM. **Revista Farol**, v. 20, n. 20, p. 112-126, 2023.

FIGUEIREDO, V. O. Cooperação entre a Polícia Rodoviária Federal e as demais forças de segurança do município de Campo Grande-MS no combate ao tráfico de drogas. **Revista (RE) Definições das Fronteiras**, v. 2, n. 9, p. 166-178, 2024.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAGA, R. L. **Segurança pública nas fronteiras: desafios e perspectivas**. Campo Grande: Editora UFMS, 2013.

FRANÇA, G. Os jovens e a criminalidade em Mato Grosso do Sul. **Revista USP**, v.1, n. 129, p. 95–110, 2021.

GOOGLE. **Google Acadêmico**. Mountain View: Google LLC, 2023. Disponível em: <https://scholar.google.com.br>. Acesso em: 15 nov. 2025.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARTSHORNE, R. **A natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

JESUS, V; FARIAS, F. R. Atuação da ilegalidade e do tráfico na fronteira Brasil-Bolívia nos municípios de Corumbá e Ladário/MS através das chamadas “mulas”. **Revista Pantaneira**, v. 21, n. 61, p. 33-41, 2022.

KONZEN, I. G. N. C.; PESSOA, A. S.; SILVA, V. T. Patrulha rural georreferenciada como estratégia de gestão em segurança pública. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 6, p. 9493-9521, 2023.

LUZ, L. E. B. Resultados operacionais obtidos por unidades estaduais especializadas em policiamento de fronteira no período de 2017 a 2021 e seus reflexos na segurança pública brasileira a nível nacional. **Revista (Re) Definições das Fronteiras**, v. 2, n. 9, p. 72-97, 2024.

MACHADO, L. O. (Re)configurações das fronteiras no Brasil. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. (orgs.). **Fronteiras e espaço global**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2005. p. 221–244

MACEDO, D. A. Fronteira Brasil – Bolívia em Mato Grosso: segurança pública, desenvolvimento social e a construção da identidade nacional. **Rev. Bras. Est. Def.**, v. 4, n. 2, p. 219-239, 2017.

MEDINA, T. R; ALVES, J. Territorialidade e segurança pública na faixa de fronteira brasileira com a Bolívia: o caso de Rio Branco capital do Estado do Acre. **UÁQUIRI**, v. 3, n. 2, p. 95-113, 2021.

MENEZES, E. F; SILVA, M. G. S. N. Tráfico de pessoas e as interfaces entre Brasil-Bolívia: uma análise dos noticiários nacionais e internacionais. **Revista Presença Geográfica**, v. 7, n. 2, p. 263-279, 2020.

MESQUITA, M. et al. Combate ao narcotráfico: a política externa do governo Lula da Silva (2003-2010). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 10, n. 2, p. 1-24, 2023.

MISSE, M. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 37, p. 101-117, 2010.

MOHER, D. et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS Medicine**, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009.

NOYONS, E.; VAN RAAN, A. Monitoring scientific developments from a dynamic perspective: Self-organized structuring to map scientific developments. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 49, n. 1, p. 68–81, 1998.

OLIVEIRA, G. F. O bazar corumbaense: análise das relações sociais que se estabelecem a partir do comércio de drogas ilegais na cidade de Corumbá fronteira com a Bolívia. **Tempos Históricos**, v. 25, n. 1, p. 256-285, 2021.

OLIVEIRA, G. F; KRUGER, C. As relações de reciprocidade e dívidas morais entre o presídio e a rua: A expansão e transnacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC) na fronteira

Brasil-Bolívia. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, n. 2, p. 28-52, 2018.

OLIVEIRA, R. M. **Segurança e defesa nas fronteiras do Brasil**. Brasília: IPEA, 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília: ONU Brasil, 2015a. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 30 mar 2026.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: ONU Brasil, 2015b. 54p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_amigo_pesso_idosa/agenda2030.pdf. Acesso em: 30 mar 2026.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAIHER, A. P. Criminalidade nos municípios fronteiriços brasileiros: uma análise da super-representação e seus determinantes. **Pesquisa de Indicadores Sociais**, v. 164, n. 1, p. 727–745, 2022.

RATZEL, F. **Geografia Política**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

RICCI, D. S; RONDON FILHO, E. B. O papel da tecnologia como ferramenta de trabalho dos policiais militares na área de fronteira Mato Grosso / Brasil - Bolívia. **RIBSP**, v. 2, n. 4, p. 114-131, 2019.

SMALL, H. Co-citation in the scientific literature: a new measure of the relationship between two documents. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 24, n. 4, p. 265–269, 1973.

SOUZA, M. L. **Amazônia e fronteiras: território, conflito e segurança**. Belém: NAEA/UFPA, 2017.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TOLAZZI, R. O. Políticas públicas acerca do combate ao tráfico de drogas em cidades fronteiriças do estado de Mato Grosso do Sul: estratégias e instrumentos legais. **Repositório UFMS**, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2024.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. **Scientometrics**, v. 84, n. 2, p. 523–538, 2010.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Citation-based clustering of publications using CitNetExplorer and VOSviewer. **Scientometrics**, v. 111, n. 2, p. 1053–1070, 2017.

VILLA, R. D. **Geopolítica das Fronteiras**: conflitos, criminalidade e cooperação internacional. São Paulo: Contexto, 2020.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZAVERUCHA, J. **FHC, Forças Armadas e polícia**: entre o autoritarismo e a democracia. Rio de Janeiro: Record, 2005.